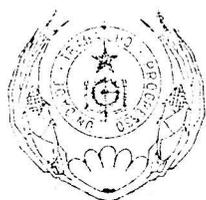
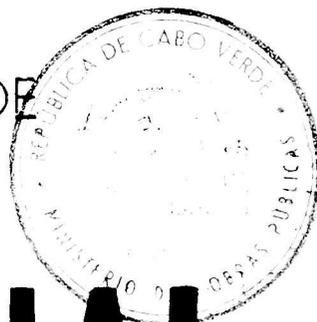


REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO : 8\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativo a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 6\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 20%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	150\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO: por cada duas páginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

Aviso

Os Ex.^{mos} assinantes do Boletim Oficial são avisados de que devem renovar ou inscrever as suas assinaturas para 1978, até 31 de Dezembro do corrente ano.

O respectivo expediente encerra-se impreterivelmente nessa data, sendo considerados de venda avulsa os números publicados posteriormente.

As guias modelo B comprovativas do pagamento das assinaturas nas recebedorias de Finanças dos concelhos do País, deverão ser enviadas à Imprensa Nacional de modo a darem entrada antes de 1 de Janeiro, sem o que as inscrições serão feitas à data da recepção, sujeitando-se os interessados ao pagamento avulso dos números publicados depois de 31 de Dezembro. As demais condições de assinatura, sua remessa e direitos inerentes, são as que constam da Portaria n.º 53/77, inserta no Boletim Oficial n.º 41/77.

Gabinete do Primeiro Ministro.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho.

Ministério da Educação e Cultura:

Gabinete do Ministro.

Ministério das Obras Públicas:

Direcção Nacional das Obras Públicas.

Ministério da Justiça:

Repartição de Gabinete.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 113/77

de 3 de Dezembro

No uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinta a Direcção Nacional dos Assuntos Sociais.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Pedro Pires — Silvino da Luz — Osvaldo Lopes da Silva — Herculano Vieira — João Pereira Silva — Manuel Faustino — Silvino Lima — David H. Almada.

Promulgado em 10 de Novembro de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular,

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto-Lei n.º 113/77:

Extingue a Direcção Nacional dos Assuntos Sociais.

Decreto n.º 114/77:

Revoga o Decreto n.º 108/76, de 11 de Dezembro.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

Despacho:

Delegando no Secretário Geral do Governo a resolução de determinados assuntos:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despacho:

Criando uma comissão encarregada do estudo, análise e revisão dos ante-projectos do Código Penal e Código de Processo Penal, designada «Comissão Revisora».

Decreto n.º 114/77

de 3 de Dezembro

No uso da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É revogado o Decreto n.º 108/76, de 11 de Dezembro.

Art. 2.º O presente decreto entra imediatamente em vigor.

Pedro Pires — Silvino Lima.

Promulgado em 10 de Novembro de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

—oço—

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Despacho

1. Delego no Secretário-Geral do Governo a resolução dos seguintes assuntos, affectos à Secretaria-Geral do Governo e Imprensa Nacional:

- concessão de licenças disciplinares e autorização para as mesmas serem gozadas dentro do território nacional;
- autorização de deslocações de funcionários em objecto de serviço dentro do território nacional;
- realização de despesas variáveis até ao montante de 25 000\$, com encargos para as verbas inscritas nos orçamentos do Gabinete, Secretaria-Geral e Imprensa Nacional;
- restituição de documentos, a pedido das partes, nos termos previstos na lei;
- deferimento de pedidos de passagem de certidões;
- resolução de assuntos correntes de administração, salvo os que envolvam tomadas de posições ou resultem do poder regulamentar da entidade delegante.

2. As pretensões ou assuntos que devam ser indeferidos ou sobre os quais existam dúvidas serão submetidos a despacho superior.

3. As delegações de que trata o presente despacho entendem-se sem prejuízo do direito de avocação, como poder de definir orientações e de emitir instruções de serviço.

4. O Secretário-Geral do Governo seleccionará os assuntos que, pela sua natureza, devam ser levados ao conhecimento superior.

5. O Secretário-Geral do Governo como entidade delegada, deverá mencionar essa qualidade nos actos que praticar no uso da delegação, mediante a expressão: «Por delegação do Primeiro-Ministro».

Gabinete do Primeiro-Ministro, 26 de Novembro de 1977. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho

Encontra-se elaborados, já há alguns meses, pelo Ministério da Justiça, os ante-projectos do Código Penal (Parte Geral) e da reforma do Código de Processo Penal, que virão substituir os actuais Código Penal e Código de Processo Penal, vigentes por força do artigo 22.º da Lei sobre a Organização Política do Estado.

Mostra-se, no entanto, útil e conveniente a criação de uma Comissão encarregada da revisão dos citados ante-projectos.

Nestes termos determino:

- É criada, sob a presidência do Ministro da Justiça uma comissão encarregada do estudo, análise e revisão dos ante-projectos do Código Penal e Código de Processo Penal, designada «Comissão Revisora»;
- A «Comissão Revisora» é integrada pelos seguintes camaradas:
Dr. Carlos Veiga, Procurador-Geral da República;
Dr. António Caldeira Marques, Juiz do Conselho Nacional de Justiça;
Dr. Eduardo Rodrigues, Director-Geral dos Registos e do Notariado;
Dr. Belmiro Monteiro Gil, Juiz de Direito da Região de Barlavento, e
Dr. Dionísio Manuel Alves, Director do Gabinete de Estudos, Legislação e Documentação do Ministério da Justiça.
- A «Comissão Revisora» entrará em funcionamento logo que empossada pelo Ministro da Justiça.

Ministério da Justiça, 3 de Dezembro de 1977. — O Ministro, *David Hopffer Almada.*

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho

Despacho do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

De 12 de Novembro de 1976:

Teodoro Lopes Almeida — nomeado para, provisoriamente, exercer o cargo de agente de 2.ª classe da Polícia de Ordem Pública da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública, com efeito retroactivo à data de 1 de Outubro de 1976.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 29.º do orçamento do Ministério da Defesa e Segurança Nacional. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 21 de Novembro de 1977).

Despacho do Camarada Ministro da Coordenação Económica:

De 21 de Novembro de 1977:

Maria Luísa Gonçalves Teixeira, dactilógrafa do Gabinete do Ministro da Coordenação Económica — concedida licença registada por um período de dois meses, com efeitos a partir de 23 de Dezembro inclusive.

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 9 de Setembro de 1977:

Nomeia os indivíduos abaixo designados para, em comissão de serviço, exercerem o cargo de professor-secretário nos concelhos que a seguir se indicam, com efeitos retroactivos à data de 8 de Janeiro do corrente ano, nos termos do Decreto n.º 79/77, de 20 de Agosto de 1977:

- Fernando Ortet Fernandes — concelho da Praia;
- Oswaldo Aveiro — concelho de Santa Catarina;
- Guilherme Almeida Cardoso — concelho de Santa Cruz;
- Analina do Rosário de Pina Querido — concelho do Maio;
- Augusto Lopes Fernandes — concelho do Fogo;
- José Maria Vieira Spínola — concelho da Brava;
- Maria Auscária dos Reis Craveiro — concelho de S. Vicente;
- Sérgio Gregório da Luz — concelho da Ribeira Grande;
- Joaquim Martins Tavares — concelho do Porto Novo;
- Carlos Henrique de Oliveira — concelho de S. Nicolau;
- Ana Maria Silva Barbosa — concelho do Sal;
- Agnelo de Jesus Pires Lima — concelho da Boa Vista.

Nomeia os professores abaixo designados para, em comissão de serviço, exercerem o cargo de delegado da Direcção-Geral do Ministério da Educação e Cultura nos concelhos que a seguir se indicam, com efeitos retroactivos à data de 8 de Janeiro do corrente ano, nos termos do Decreto n.º 79/77, de 20 de Agosto de 1977:

- Maria Madalena Rodrigues Alves — concelho do Fogo;
- Maria Fernanda da Conceição Barbosa Gomes — concelho de S. Vicente;
- Bartolomeu Lopes Varela — concelho da Brava;
- Pedro Luís Delgado — concelho da Ribeira Grande;
- Maria Zenaida Ramos dos Santos — concelho do Porto Novo;
- Teresa Ana Lopes — concelho do Sal;
- Manuel Nascimento Carvalho — concelho do Maio;
- João Vieira Fernandes — concelho da Praia;
- Edília Maria Alves de Brito — concelho do Paúl;
- Maria Regina Silva — concelho de Santa Catarina;
- Maria de Fátima Fortes da Cruz — concelho de Santa Cruz;
- Faustino Évora — concelho do Tarrafal.

As despesas têm cabimento nas dotações inscritas no capítulo 26.º, artigo 125.º do orçamento vigente. — Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 21 de Novembro de 1977).

De 18 de Outubro:

Francisco Grafield Lopes Soares Rosa, professor de serviço eventual da Escola Preparatória do Tarrafal — exonerado, a seu pedido, das referidas funções.

Maria São João Miranda Baptista, nomeada por despacho de 25 de Outubro de 1977, publicado no *Boletim Oficial* n.º 46, da presente série, professora da Escola Preparatória de Santa Catarina, Secção dos Picos, onde não chegou a leccionar — transferida para a Escola Preparatória do Tarrafal, indo ocupar a vaga deixada por Francisco Grafield Lopes Soares Rosa, exonerado, a seu pedido, por despacho da mesma data.

De 20:

Ernestina Tavares Silva Monteiro, professora do quadro do ensino primário elementar, de nomeação provisória — concedida a mudança de escalão prevista no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 26/76, de 27 de Março, ficando com o vencimento correspondente à letra «N» do referido decreto, com efeitos a partir do mês de Julho de 1977.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 26.º, artigo 125.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 21 de Novembro de 1977).

De 24 de Novembro:

Anula o despacho de 4 de Novembro de 1977, publicado no *Boletim Oficial* n.º 46, de 12 do mesmo mês que exonera Firmino António dos Santos, do cargo de 2.º oficial, interino, da Direcção-Geral de Educação, a partir de 1 de Dezembro.

Firmino António dos Santos, 2.º oficial, interino, da Direcção-Geral de Educação — transferido para a Direcção Regional de Educação, em S. Vicente.

Despacho do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 4 de Outubro de 1977:

Por terem sido omitidos da lista do pessoal da Direcção-Geral de Marinha, publicada no *Boletim Oficial* n.º 30/77, de 23 de Julho, os nomes dos funcionários que se indicam, se publica a seguinte lista adicional:

Número de ordem	Nome	Lugar para que transita
69	Bernardino Silva	Pil. prá. 2.ª clas. (N)c)
70	José Martins da Costa	Motor. emb. (V) d)
71	Manuel Helena Oliveira	Marinheiro (X) e)
72	Francisco da Lomba Pereira Vaz	Marinheiro (X) f)
73	José António Ramalho	Farol. 2.ª clas. (T)g)
74	Caetano de Jesus	Farol. 2.ª clas. (T)h)

- c) De licença ilimitada desde 1 de Maio de 1975;
- d) Desligado do serviço para efeitos de aposentação, por limite de idade, desde 8 de Abril de 1977;
- e) Exonerado, a seu pedido, por despacho de 23 de Março de 1977;
- f) Em activo serviço;
- g) De licença ilimitada desde 30 de Abril de 1963;
- h) De licença ilimitada desde 23 de Março de 1966.

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 24 de Novembro de 1977:

É dada por finda a comissão de serviço do camarada Humberto Ladislau Martins da Veiga, no cargo de secretário do Ministério do Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 30 do corrente.

Despacho do Camarada Ministro da Agricultura e Águas:

De 21 de Fevereiro de 1977:

Miguel da Silva Costa — assalariado para exercer o cargo de topógrafo de 2.ª classe, do Gabinete de Cadastro, Topografia e Desenho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 47.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 14 de Novembro de 1977).

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 12 de Abril de 1977:

Agualdo Fernandes de Amada, sub-chefe ajudante da ex-Polícia de Segurança Pública, desligado de serviço, para efeitos de aposentação, por despacho de 18 de Novembro de 1971, publicado no *Boletim Oficial* n.º 48/71 — concedida a aposentação definitiva no lugar, com direito à pensão anual de 49 746\$, incluindo os aumentos atribuídos à classe inactiva, a partir da data da sua desligação de serviço, fixada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo e correspondente a 42 anos, 7 meses e 9 dias de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa.

António Ciriaco Bettencourt, chefe de oficina da Imprensa Nacional, desligado de serviço para efeitos de aposentação, conforme despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 25, de 11 de Outubro de 1975 — concedida a aposentação definitiva no lugar, com direito à pensão anual de 82 611\$, calculada nos termos da alínea b), n.º 4 do artigo 4.º e n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75, correspondente a 45 anos, 11 meses e 28 dias de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa.

Os encargos destas pensões têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 13.º do artigo 90.º do orçamento vigente da Direcção-Geral de Finanças. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 28 de Abril de 1977).

De 22 de Agosto:

Maria Antónia Neves Silva Lima, 2.º oficial, provisória, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de 1.º oficial do quadro da mesma Direcção-Geral, continuando colocada no Secretariado Administrativo do concelho de S. Vicente.

De 30 de Setembro:

Francisco José Silva dos Reis — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de escriturário de 2.ª classe da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando colocado no Secretariado Administrativo do concelho de S. Nicolau.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 41.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 21 de Novembro de 1977).

De 23 de Novembro:

Rui Luís da Costa dos Reis Silva, oficial, interino, do quadro técnico-aduaneiro de Cabo Verde — concedida, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 414/74, de 7 de Setembro, licença sem vencimentos pelo período de um ano, a partir de 1 de Dezembro próximo.

É colocada em comissão eventual de serviço, com efeitos a partir do dia 5 do corrente, a engenheira agrónoma da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, **Maria Luíza Lobo Lima**, a fim de frequentar no Museu de História Natural de Paris, um estágio em Entomologia, com uma duração prevista de 6 meses, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do artigo 1.º da Portaria n.º 46/76, de 2 de Outubro de 1976.

De 2 de Dezembro:

Raúl Vera-Cruz Barbosa, chefe de secção da Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho — desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto n.º 52/75, por ter completado 60 anos de idade e 40 anos de serviço, devendo ser-lhe abonada a pensão provisória anual de 96 000\$, sujeita a rectificação,

calculada de harmonia com o n.º 1 do artigo 6.º do já citado diploma e correspondente a 40 anos, 9 meses e 10 dias de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, previsto no artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 13.º, artigo 94.º da tabela de despesa do orçamento para o corrente ano. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Dezembro de 1977).

Despacho do Camarada Secretário de Estado das Finanças:

De 29 de Setembro de 1977:

Maria Rita Fortes Lélis Silva — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de oficial estagiário, do quadro técnico-aduaneiro da Direcção-Geral das Alfândegas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 12.º, artigo 78.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 16 de Novembro de 1977).

Despachos do Camarada Secretário de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato:

De 1 de Outubro de 1977:

Manuel Figueira, professor do 9.º grupo do ensino liceal de Cabo Verde — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de director do Centro Nacional de Artesanato, da Secretaria de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 48.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 16 de Novembro de 1977).

Despacho do Camarada Procurador-Geral da República:

De 21 de Novembro de 1977:

Augusto Pedro Vieira Mendes Martins, delegado do Procurador da República na Sub-Região do Fogo — destacado para prestar serviço na Procuradoria da República da Região de Setúbal, por um período prorrogável de 45 dias, coadjuvando o 1.º substituto do Procurador da República.

Manuel Filipe Soares, delegado do Procurador da República na Sub-Região de S. Nicolau — destacado para prestar serviço na Delegação da Procuradoria da República na Sub-Região do Fogo, por um período prorrogável, de 45 dias, em substituição do titular do lugar.

Despacho do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 15 de Novembro de 1977:

Manuel Gomes, piloto prático de 2.ª classe do Ministério dos Transportes e Comunicações — homologado o parecer da Junta de Saúde Distrital de Barlavento emitido em sessão de 10 de Novembro do ano em curso, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser justificadas as faltas desde 6 de Setembro de 1977 até 5 de Novembro de 1977, por ter sido sujeito a intervenção cirúrgica. Devem-lhe ser concedidos ainda mais trinta dias de licença, para consolidação da terapêutica, findos os quais deverá ser de novo presente a esta Junta».

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que faleceu no dia 4 de Outubro de 1977, o chefe de departamento da Direcção-Geral de Finanças, Francisco Querido Varela.

RECTIFICAÇÕES

No *Boletim Oficial* n.º 32/77, de 6 de Agosto, relativamente a nomeação de Sérgio Augusto Cardoso Centeio, para exercer provisoriamente o cargo de técnico de formação universitária com mais de 5 anos de experiência, da Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento — Direcção-Geral de Planeamento.

Onde se lê:

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, de 30 de Junho de 1977, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 1 de Agosto de 1977;

Deve ler-se:

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento, de 30 de Junho de 1977, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 27 de Julho de 1977).

No *Boletim Oficial* n.º 37/77, de 10 de Setembro, relativamente à nomeação de Carlos Alberto dos Reis;

Onde se lê:

... aspirante, da Direcção-Geral de Finanças;

Deve ler-se:

... aspirante, da Direcção-Geral da Administração Interna.

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 46/77, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 18 de Agosto de 1977:

Alfredo Dias — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo da Direcção-Geral da Administração Interna.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 41.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 29 de Outubro de 1977).

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, na Praia, 2 de Dezembro de 1977. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

—o—

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Gabinete do Ministro

De acordo com o despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura, de 31 de Março de 1977, se publica a lista dos elementos que constituem o Conselho Técnico da Comissão Nacional de Educação Física e Desportos, que funcionará junto da Comissão Regional de Educação Física e Desportos de Sotaventos:

- Orlando José Mascarenhas;
- Félix Gomes Monteiro;
- Alberto Salazar Antunes da Silva.

De acordo com o despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura de 25 de Novembro de 1977, se publica a lista dos elementos que constituem as Comissões Sub-Regionais de Educação Física e Desportos das ilhas de Santo Antão e Santiago, os quais exercerão, cumulativamente, as funções de Sub-Comissão de Futebol e outras modalidades desportivas porventura existentes nas referidas ilhas, enquanto não forem nomeados os membros efectivos para o desempenho dos respectivos cargos:

Santo Antão:

- Presidente — Pelópidas Tomás de Melo.
- Vice-presidente — Emitério António Colito.
- Secretário — Claudino Tiago Delgado.
- Vogal — Zacarias Delgado.
- Delegado no Paúl — Jorge Duarte Silva.
- Delegado no Porto Novo — Eurico Dutra Brazão.

Santiago:

Concelho de Santa Catarina:

- Presidente — Domingos Lopes Pereira.
- Secretário — Luís Lino Gomes.
- Tesoureiro — Eduardo Galinha Monteiro.
- Vogal — Manuel Querido Varela.

Concelho do Tarrafal:

- Presidente — Severiano Freire Moreno.
- Secretário — Rui José Tavares.
- Tesoureiro — Manuel Ramos Costa.
- 1.º vogal — Cirilo António Moreira.
- 2.º vogal — Matias Dias de Sousa.

Concelho de Santa Cruz:

- Presidente — Emílio Ramos Tavares.
- Secretário — António Costa Lima.
- Tesoureiro — Aguiñaldo Frederico Lima.
- Vogal — Benjamim Alves da Cunha.

Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, na Praia, 29 de Novembro de 1977. — Pelo chefe de Gabinete, *Firmino A. dos Santos*.

Direcção-Geral de Educação

5.º movimento do pessoal docente para o Ensino Primário, homologado por despacho do Camarada Ministro da Justiça, em substituição do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 9 de Novembro de 1977:

Concelho da Praia:

- 1 — Guilhermina Rodrigues Monteiro — admitida como monitora escolar para leccionar no Posto Escolar n.º 124, de Curral Grande;
- 2 — Adylson Gabriel Barbosa Amado, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 212, de Vila Nova;
- 3 — Antonina dos Reis Borges, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 90, de Milho Branco;
- 4 — Maria Isabel Rodrigues, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 195, de S. Tomé;

- 5.— Maria Fernandes Soares, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 155, de Mato Afonso.

Concelho de Santa Catarina:

- 1 — Fernanda de Pina Monteiro, professora do ensino primário, de serviço eventual — anulado o despacho que a colocou na Escola n.º 14, dos Mosteiros e readmitida para leccionar na Escola Primária n.º 16, de Cruz Grande;
- 2 — Hírcina dos Santos Carvalho Alfama, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 120, de Bur-Bur, ficando a leccionar na sala anexa em Leitãozinho;
- 3 — António Pedro da Rosa, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola Primária n.º 2, de Assomada.

Concelho do Tarrafal:

- 1 — Emídio Lopes da Veiga e Silva, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 29, de Flamengos;
- 2 — Maria da Luz Baptista, monitora escolar, com colocação no Posto Escolar n.º 105, de Trás-os-Montes — transferida para o Posto Escolar n.º 225, da vila do Tarrafal;
- 3 — Ernestina Lopes Quejas, monitora escolar, com colocação no Posto Escolar n.º 105, de Trás-os-Montes — transferida para a Escola Primária n.º 3, da vila do Tarrafal;
- 4 — Amélia Gomes Timas, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 105, de Trás-os-Montes;
- 5 — Maria Filomena do Carmo Rocha Gonçalves, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 31, de Achada do Monte;
- 6 — Domingos Mendes Tavares, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 105, de Trás-os-Montes.

Concelho do Fogo:

- 1 — Marina de Jesus dos Santos Barros, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 38, de S. Jorge;
- 2 — Teresa Augusta Martins Rodrigues, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 240, de Maria da Cruz.

Concelho de S. Vicente:

- 1 — Maria Alice Monteiro de Oliveira, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola n.º 11-B, do Mindelo — transferida, por conveniência de serviço, para a Escola Primária n.º 10-B.

Concelho do Sal:

- 1 — Teresa Ana Lopes, professora do ensino primário, com colocação na Escola Primária n.º 8-B, do Aeroporto — transferida para a Escola Primária n.º 11-B, do Mindelo, por conveniência de serviço;

- 2 — Maria Auxiliadora Conceição Figueiredo Ramos, professora do ensino primário de serviço eventual, com colocação na Escola Primária n.º 7-B, de vila de Santa Maria — transferida para a Escola Primária n.º 8-B, do Aeroporto, por conveniência de serviço;

- 3 — Antónia Almeida Brito do Rosário, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola n.º 8-B, do Aeroporto — transferida para a Escola Primária n.º 7-B, da vila de Santa Maria.

- 6.º movimento do pessoal docente para o ensino primário, homologado por despacho do Camarada Ministro da Justiça, em substituição do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 16 de Novembro de 1977:

Concelho de Santa Catarina:

- 1 — Maria dos Anjos Pinto Furtado — admitida como monitora escolar, para leccionar no Posto Escolar n.º 149, de Achada Falcão;
- 2 — Maria Joana José dos Santos — nomeada para leccionar como professora de posto escolar, de serviço eventual, no Posto Escolar n.º 98, de Pingo Chuva;
- 3 — Lúcia Monteiro da Veiga, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar de Entre-Picos de Reda.

Concelho do Tarrafal:

- 1 — Amâncio José Monteiro, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 32, de Ribeira Principal — autorizado a não iniciar funções;
- 2 — Olga Mendes Cabral Lopes Correia — nomeada para leccionar como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 32, de Ribeira Principal.

Concelho do Maio:

- 1 — Rui Alberto Santos Neves, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 34, de Barreiro, com efeitos a partir de 7 do corrente.

Por diploma de provimento de 24 de Agosto de 1977, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 22 de Outubro de 1977:

Joana Moreno Dias — contratada por despacho de 22 de Agosto de 1977, do Camarada Ministro da Educação e Cultura, para exercer o cargo de professora de posto escolar, nesta República, precedendo concurso documental em que ficou classificada em 60.º lugar nos termos do disposto no artigo 21.º e seu § único do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964 e artigos 276.º e 277.º do Regulamento do Ensino Primário Elementar, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1724, de 23 de Setembro de 1970, indo ocupar uma das vagas existentes no quadro.

A despesa resultante deste contrato tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 26.º, artigo 125.º da tabela de despesa ordinária do orçamento vigente.

Direcção-Geral de Educação, na Praia, 22 de Novembro de 1977. — Pelo Director-Geral, João Quirino Spencer.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção Nacional das Obras Públicas

Despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 30 de Novembro de 1977:

José Barros da Afonseca, chefe de trabalho de 3.ª classe em serviço na Direcção Regional das Obras Públicas de Barlavento em S. Vicente — colocado na Praia.

Direcção Nacional das Obras Públicas, na Praia, 30 de Novembro de 1977. — Na ausência do Director Nacional, António Nascimento Graça, engenheiro civil

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Repartição de Gabinete

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 12 de Julho de 1977:

Hermenegilda do Rosário Sança, 3.º oficial, interina, da Conservatória dos Registos de Sotavento — exonerada, a seu pedido, do referido cargo, a partir de 20 de Julho do corrente ano.

Repartição de Gabinete do Ministério da Justiça, 28 de Novembro de 1977. — O chefe de Gabinete, Hélio Alves Cordeiro Gomes.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

BANCO DE CABO VERDE
Praia (Santiago)

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios

Notas Estrangeiras

Em 3/11/77 Cotações de câmbios a) N.º 40/77

Em 3/11/77 Cotações de câmbios N.º 40/77

Notas	Compra	Venda
África do Sul Rand	22\$74	—\$—
Alemanha Marco	14\$44	—\$—
América 1 e 2 ... Dólares	32\$01	—\$—
América 5 a 1000 ... Dólares	32\$52	—\$—
Argentina Peso Novo	—\$—	—\$—
Austria Xelim	2\$00	—\$—
Bélgica Franco	\$923	—\$—
Brasil Cruzeiro novo	—\$—	—\$—
Canadá 1 e 2 ... Dólares	29\$02	—\$—
Canadá N. Grandes Dólares	29\$53	—\$—
Dinamarca Coroa	5\$32	—\$—
Espanha Peseta	\$390	—\$—
Finlândia Markka	7\$84	—\$—
França Franco	6\$72	—\$—
Holanda Florim	13\$44	—\$—
Inglaterra Libra	59\$81	—\$—
Itália Lira	\$0333	—\$—
Japão Iene	\$1183	—\$—
Marrocos Dirham	—\$—	—\$—
Noruega Coroa	5\$94	—\$—
Senegal C. F. A.	\$134	—\$—
Suécia Coroa	6\$80	—\$—
Suíça Franco	14\$61	—\$—
Venezuela Bolivar	—\$—	—\$—
Portugal Escudo	\$798	—\$—

Notas	Compra	Venda
África do Sul Rand	22\$86	24\$84
Alemanha Marco	14\$52	15\$79
América 1 e 2 ... Dólares	32\$18	35\$02
América 5 a 1000 ... Dólares	32\$69	35\$53
Argentina Peso Novo	—\$—	—\$—
Austria Xelim	2\$02	2\$20
Bélgica Franco	\$928	1\$00
Brasil Cruzeiro novo	—\$—	—\$—
Canadá 1 e 2 ... Dólares	29\$17	31\$75
Canadá N. Grandes Dólares	29\$68	32\$26
Dinamarca Coroa	5\$35	5\$82
Espanha Peseta	\$392	\$426
Finlândia Markka	7\$88	8\$56
França Franco	6\$76	7\$35
Holanda Florim	13\$51	14\$68
Inglaterra Libra	60\$12	65\$34
Itália Lira	\$0335	\$0364
Japão Iene	\$1189	\$1293
Marrocos Dirham	—\$—	—\$—
Noruega Coroa	5\$97	6\$49
Senegal C. F. A.	\$135	\$147
Suécia Coroa	6\$84	7\$44
Suíça Franco	14\$69	15\$97
Venezuela Bolivar	—\$—	—\$—
Portugal Escudo	\$803	\$872

a) A aplicar nas correspondências.

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 3 de Novembro de 1977. — Pela direcção, António José Lopes da Luz.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração Interna,
Função Pública e Trabalho

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que por despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, de 11 de Outubro findo, foi prorrogado até o fim do corrente ano, o prazo do concurso para provimento de vagas de auxiliares de enfermagem, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 28/77.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, na Praia, 23 de Novembro de 1977. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral de Finanças

ÉDITOS DE 90 DIAS

Por esta Direcção-Geral correm éditos de 90 dias a contar da data da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, nos termos do Decreto com Força de Lei, de 5 de Dezembro de 1910, posto em vigor neste Estado pelo Decreto de 24 de Março de 1911 com a nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto n.º 455/71, de 19 de Outubro e do Decreto n.º 8818, de 11 de Março de 1923, citando quaisquer interessados que se julguem com direito à pensão no importe de 7341\$, que ficou em dívida pelo falecimento de José Joaquim de Vasconcelos Barbosa Vicente, que foi primeiro oficial, aposentado, do ex-quadro administrativo de Cabo Verde, ocorrido em 30 de Junho último.

A percepção da referida pensão habilitou-se Paula Benoliel Barbosa Vicente na qualidade de viúva do extinto.

Direcção-Geral de Finanças, na Praia, 15 de Novembro de 1977. — O Director-Geral, *Marino Maria Pereira*.

Secretaria de Estado do Comércio, Turismo
e Artesanato

Direcção-Geral do Comércio

AVISO

Para os devidos efeitos se torna público que o prazo normal para a renovação das taxas anuais dos licenciamentos comerciais e das inscrições, nos termos dos Regulamentos aprovados pelo Diploma Legislativo n.º 1651, e

pe'a Portaria n.º 8083, ambos de 30 de Dezembro de 1967, decorre de 1 a 31 de Janeiro.

Contudo, mediante o pagamento de um adicional igual à taxa devida, pode ser efectuado o respectivo pagamento durante o mês de Fevereiro, caducando automaticamente as taxas que não forem pagas nos prazos fixados.

Direcção-Geral do Comércio, na Praia, 2 de Dezembro de 1977. — Pelo Director-Geral, *José Maria Soares de Brito*.

AVISO

Para os devidos efeitos se torna público que foi homologado o seguinte preço de venda para:

Café de Angola:

Grossista — saco de 60 kg.	10 950\$00
Retalhista — 1' (um) kg.	200\$00

Direcção-Geral do Comércio, na Praia, 2 de Dezembro de 1977. — Pelo Director-Geral, *José Maria Soares de Brito*.

BANCO DE CABO VERDE

Direcção das Relações com o Estrangeiro
e do Contrôle de Câmbios

AVISO

Avisa-se o público de que as mesadas do ano de 1977 caducam em 31 de Dezembro pelo que todos que desejam continuar, devem renová-las até aquela data, tendo um mês de tolerância para a entrega dos atestados de residência ou certificados de matrícula.

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Contrôle de Câmbios, na Praia, 30 de Novembro de 1977. — O Director, *José Maria Cardoso*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

ESTATUTOS DO DISTRITO DE CABO VERDE
DAS IGREJAS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA

RECTIFICAÇÃO

Por ter saído inexacto, novamente se publica:

Onde se lê:

Artigo 1.º

2 — A Igreja Adventista do Sétimo Dia submete-se às leis e determinações do Estado de Cabo Verde.

Deve ler-se:

Reconhecendo a Igreja Adventista a separação da Igreja e do Estado, submete-se, entretanto, às suas leis, considerando-a como ordenada por Deus.

(99)

